Prova Contador Jr – Contabilidade Geral

Pessoal, estamos aqui apresentando, em primeira mão, a resolução das provas de Contabilidade Geral para o cargo de Contador Jr, realizada no dia 16/04 pela banca Cesgranrio. Uma excelente prova, explorando diversos pronunciamentos contábeis que não são muito exigidos por outras bancas: CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 – Benefícios a empregados, CPC 41- Resultado por ação. Ficamos felizes, pois vimos diversas questões como as que caíram em prova nos nossos cursos. Desejamos do fundo do coração que vocês tenham obtido um bom desempenho.

1 RESOLUÇÃO DA PROVA – CONTADOR JR

24) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A Comercial Q informou que, analisada a situação da carteira de Duplicatas a Receber e sua experiência de inadimplência, realizou as provisões consideradas necessárias, resultando no saldo da conta Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Ativo), no Balanço de 31/dez/2016, de R$ 150.000,00.

Informou, ainda, que, em 2/fev/2017, uma Duplicata a Receber de R$200.000,00, depois de esgotadas todas as tentativas necessárias e indispensáveis para o seu recebimento, foi considerada incobrável.

Em decorrência, em 2/fev/2017, a Comercial Q fez o registro contábil da baixa dessa duplicata considerada incobrável, como segue:

(A) D: Perdas no Recebimento de Créditos (Resultado) 150.000,00
C: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Ativo) 150.000,00

(B) D: Duplicatas a Receber (Ativo) 150.000,00
D: Perdas no Recebimento de Crédito (Resultado) 50.000,00
C: Crédito de Clientes a Recuperar (Ativo) 200.000,00

(C) D: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Ativo) 150.000,00
D: Perdas no Recebimento de Créditos (Resultado) 50.000,00
C: Duplicatas a Receber (Ativo) 200.000,00

(D) D: Perdas no Recebimento de Créditos (Resultado) 200.000,00
C: Duplicatas a Receber (Ativo) 200.000,00

(E) D: Perdas no Recebimento de Créditos (Resultado) 200.000,00
C: Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Ativo) 200.000,00

Comentários:

Quando constituiu a PDD, a empresa lançou:

D – Despesa com Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	150.000,00
C – Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	150.000,00

Ocorre que a perda foi maior do que a esperada, devemos lançar o excesso como despesa, diretamente no resultado, baixando a conta duplicatas a receber. Fica:

D - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (Ativo)	150.000,00
D - Perdas no Recebimento de Créditos (Resultado)	50.000,00
C - Duplicatas a Receber (Ativo)	200.000,00

Gabarito→C

25) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A empresa Industrial T, que produz máquinas de alta tecnologia, para aumentar a geração de seus benefícios econômicos, decidiu destinar uma máquina de sua produção para uso próprio, fazendo as seguintes anotações referentes, exclusivamente, à produção dessa mesma máquina:

Aquisição de insumos, incluindo o valor do IPI	720.000,00
IPI sobre esses insumos adquiridos	120.000,00
ICMS destacado na nota fiscal da compra desses insumos	72.000,00
Mão de obra utilizada na produção da máquina	42.000,00
Outros custos indiretos anotados na produção da máquina	25.000,00
Valor de venda da máquina praticado pela indústria	925.000,00

Considerando as informações recebidas, as normas contábeis e pronunciamentos técnicos CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o valor dessa máquina, a ser evidenciado no imobilizado da indústria T, em reais, é

(A) 595.000,00
(B) 648.000,00
(C) 667.000,00
(D) 787.000,00
(E) 925.000,00

Comentários:

Aquisição de insumos, incluindo o valor do IPI	720.000,00
IPI sobre esses insumos adquiridos	(120.000,00)
ICMS destacado na nota fiscal da compra desses insumos	(72.000,00)
Mão de obra utilizada na produção da máquina	42.000,00
Outros custos indiretos anotados na produção da máquina	25.000,00
Total	595.000,00

O IPI é um tributo por fora. Mas como já estava no preço dos insumos e, neste caso, é recuperável, devemos tirá-lo do valor.

O valor de venda não deve ser considerado, pois seria o mesmo que reconhecer ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente.

Gabarito→A

26) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** O CPC 04, que trata do ativo intangível e do seu respectivo tratamento contábil, estabelece que, no caso de aquisição numa combinação de negócio, o custo a ser considerado é o valor

(A) específico para a entidade na data da compra
(B) contábil na data da obtenção do controle
(C) amortizável na data da aquisição
(D) pago na data da negociação
(E) justo na data da aquisição

Comentários:

De acordo com o CPC 04:

33. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios, se um ativo intangível for adquirido em uma combinação de negócios, **o seu custo deve ser o valor justo na data de aquisição**, o qual reflete as expectativas dos participantes do mercado na data de aquisição sobre a probabilidade de que os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo serão gerados em favor da entidade. Em outras palavras, a entidade espera que haja benefícios econômicos em seu favor, mesmo se houver incerteza em relação à época e ao valor desses benefícios econômicos. Portanto, a condição de probabilidade a que se refere o item 21(a) é sempre considerada atendida para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. Se um ativo adquirido em uma combinação de negócios for separável ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, considera-se que exista informação suficiente para mensurar com confiabilidade o seu valor justo. Portanto, o critério de mensuração previsto no item 21(b) é sempre considerado atendido para ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios. (Alterado pela Revisão CPC 03)

Gabarito→E

32) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma sociedade anônima de grande porte e capital fechado, ao levantar o Balanço Patrimonial, comprovou, feitos todos os registros contábeis da destinação do lucro do exercício, a existência de um saldo credor remanescente, na conta de Lucros Acumulados.

Nesse contexto, e exclusivamente de acordo com as determinações da Lei das sociedades anônimas, para tais situações, esse saldo remanescente apurado deve ser

(A) destinado para uma reserva especial
(B) destinado para reserva de contingências
(C) distribuído como dividendo
(D) distribuído como juros sobre capital próprio
(E) transferido para retenção de lucros

Comentários:

Uma vez que **todos** os registros contábeis da destinação do lucro foram realizados, devemos destinar o excesso como dividendos adicionais.

Gabarito → C.

35) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** As empresas brasileiras, em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade e em cumprimento à Lei das sociedades por ações, devem apresentar suas informações patrimoniais, econômicas e financeiras nas demonstrações contábeis, determinadas pelos citados diplomas.

Nesse contexto, uma empresa com a obrigação legal de emitir a demonstração, que representa um dos elementos componentes do Balanço Social e, que tem, entre seus objetivos básicos, apresentar o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos, tem que elaborar a demonstração do(a)

(A) fluxo de caixa
(B) lucro ou prejuízo acumulado
(C) mutação do patrimônio líquido
(D) resultado abrangente
(E) valor adicionado

Comentários:

A demonstração do valor adicionado representa um dos elementos componentes do balanço social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período.

Com efeito, a DVA presta informações aos agentes econômicos interessados na empresa, como empregados, clientes, fornecedores, financiadores e governo.

Mas, o que vem a ser valor adicionado? A definição pode ser encontrada no corpo do Pronunciamento do CPC, que propõe: valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Gabarito → E

36) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC no 1.374/2011, tem como um de seus objetivos suportar e promover a harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, visando a reduzir o número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos.

Nesse contexto, a norma apresenta as características qualitativas da informação contábil financeira útil, destacando, dentre elas, a característica da Verificabilidade, que ajuda a assegurar aos usuários que a informação

(A) é classificada e apresentada de forma clara e concisa.
(B) está disponível para os tomadores de decisão, a tempo de influenciar suas decisões.
(C) possibilita fazer escolhas entre alternativas igualmente válidas.
(D) representa, fidedignamente, o fenômeno econômico que se propõe representar.
(E) tem capacidade para fazer diferença nas decisões que o usuário possa tomar (relevância).

Comentários:

Verificabilidade é uma das características qualitativas de melhoria previstas no CPC 00:

QC26. **A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar**. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cônscios e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

Gabarito → D

37) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** O CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM 676/2011, estabelece, como um dos critérios para a classificação dos ativos no balanço patrimonial, o ciclo operacional da empresa.

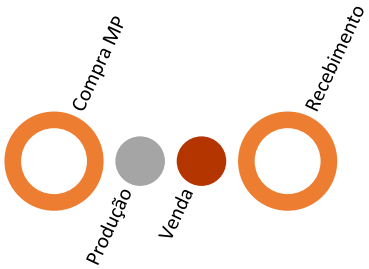
Nesse contexto, entende-se que o ciclo operacional de uma indústria é o período decorrente entre a compra de matéria-prima, seu processamento e a

(A) venda e recebimento da venda
(B) emissão da nota fiscal de venda
(C) transformação em produto acabado
(D) venda e transferência da propriedade
(E) saída do produto do estoque de produtos acabados

Comentários:

O ciclo operacional de uma empresa industrial é o prazo que a empresa leva para comprar matéria-prima, produzir, vender e receber.

Ciclo operacional empresa industrial



Para uma empresa comercial, é o prazo médio entre a aquisição de mercadorias, venda e recebimento dos clientes.

Ciclo operacional empresa comercial

Gabarito → A

CABE RECURSO!

38) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A Lei das sociedades por ações diz que o balanço patrimonial mostra a situação patrimonial e financeira de uma companhia em um determinado período de tempo, e que, no passivo, as contas serão classificadas nos grupos passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

Ainda segundo ela, uma das divisões do patrimônio líquido representa as contrapartidas criadas pela Lei no 11.941/09, decorrentes das variações ocorridas nos elementos do ativo e do passivo, não imputadas no resultado nos termos do regime de competência.

Nesse contexto, tais contrapartidas são evidenciadas no patrimônio líquido no grupo de

(A) ações em tesouraria
(B) ajustes de avaliação patrimonial
(C) participação dos minoritários
(D) prejuízos acumulados
(E) reservas de capital

Comentários:

A questão trata do ajuste de avaliação patrimonial, introduzido na Lei 6.404 pela Lei 11.638/2007.

Antes das alterações da Lei das S.A, havia no patrimônio líquido a conta **reserva de reavaliação**. Esta conta foi suprimida, surgindo então o ajuste de avaliação patrimonial. Contudo, não se trata de mera alteração de nome.

A reavaliação que se aplicava aos bens tangíveis do ativo permanente e que poderia ser ou não realizada, a bel-prazer dos acionistas, deixou de existir.

Ademais, **o ajuste de avaliação patrimonial serve tanto para aumentar como para reduzir valores de ativos e de passivos, enquanto que a reavaliação servia apenas para o aumento de bens do permanente**. A nova redação prescreve o seguinte:

Art. 183, § 3o Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3o do art. 177.

Ajuste de avaliação patrimonial
Enquanto não computado no resultado do exercício
Contrapartida de aumento ou redução do ativo ou passivo
Em decorrência da avaliação a valor justo

Cumpre salientar que a questão padece de vício, uma vez que diz que o ajuste de avaliação patrimonial foi criado com a Lei 11.941/2009, quando, em verdade, foi criado com a Lei 11.638/2007. É sensato, portanto, que seja anulada, já que induz o candidato com mais conhecimento da disciplina a erro.

Gabarito→B

40) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL apresenta, no seu capítulo 3, as características qualitativas da informação contábil financeira útil.

Nesse contexto, ao estabelecer que, para a informação ser útil, a realidade retratada precisa ser completa, neutra e livre de erro, contempla a característica qualitativa da

(A) Compreensibilidade
(B) Materialidade
(C) Relevância
(D) Representação fidedigna
(E) Tempestividade

Comentários:

Vamos lá! Segundo o CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade:

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. **Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos.** Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro.**

Para ser **completa,** a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

Gabarito → D

41) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) tem como objetivo fundamental apresentar as variações ocorridas nas contas que transitam pelo patrimônio líquido.

No contexto das variações do patrimônio líquido, uma variação evidenciada na DMPL que reduz a capacidade operacional da empresa é a

(A) destinação de lucros para remuneração dos acionistas.
(B) incorporação do lucro líquido do exercício social.
(C) nova reserva constituída pela alienação de bônus de subscrição.
(D) reversão dos lucros a realizar para lucros acumulados.
(E) subscrição e integralização de capital em bens.

Comentários:

Questão tranquila. Basta saber qual o fato contábil que causa redução do PL.

O nosso gabarito é a letra a. A remuneração dos acionistas se dá através da distribuição de dividendos. O lançamento correspondente é:

D – Lucros Acumulados (PL)
C – Dividendos a Pagar (Passivo)

As letras 'b', 'c' e 'e' provocam aumento do PL.

A letra d é um fato permutativo entre contas do PL.

Gabarito → A.

43) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Um grupo de investidores de uma companhia utilizou os reportes financeiros dos últimos cinco exercícios para avaliar a possibilidade de um novo aporte de capital dessa companhia. A decisão foi positiva quanto ao investimento e, um ano após, o grupo de investidores estava disposto a aumentar os investimentos na companhia.

Considerando apenas essa situação, é correto afirmar que as informações que foram utilizadas pelos investidores para tomar a decisão

(A) foram confirmadas pelos auditores

(B) são comparáveis com outras entidades
(C) são compreensíveis a qualquer usuário
(D) são objetivamente verificáveis
(E) têm valor confirmatório

Comentários:

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para predizer futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação** contábil-financeira tem **valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las).**

Gabarito → E

44) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** O novo contador de uma companhia está elaborando a demonstração do resultado do exercício, na qual as despesas serão classificadas com base na sua função dentro da entidade. Porém, adicionalmente, terá que apresentar informações sobre a natureza da despesa.

Um dos itens evidenciados na classificação, com base na natureza da despesa, é

(A) despesas de vendas
(B) despesas financeiras
(C) despesas administrativas
(D) custo dos produtos vendidos
(E) depreciações e amortizações

Comentários:

A entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua **natureza,** se permitida legalmente, ou na sua **função** dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

No método da **natureza da despesa**, as despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza (por exemplo, depreciações, compras de materiais, despesas com transporte, benefícios aos empregados e despesas de publicidade), não sendo realocados entre as várias funções dentro da entidade.

Esse método pode ser simples de aplicar porque não são necessárias alocações de gastos a classificações funcionais. Por exemplo, ao invés de dividir a depreciação do período entre depreciação das máquinas usadas na fabricação (que é atribuída ao custo do produto) e depreciação do escritório (que gera despesa administrativa), é demonstrado apenas o valor total da depreciação.

Um exemplo de classificação que usa o método da natureza do gasto é o que se segue:

Receitas	X
Outras Receitas	X
Variação do estoque de produtos acabados e em elaboração	X
Consumo de matérias-primas e materiais	X
Despesa com benefícios a empregados	X
Depreciações e amortizações	X
Outras despesas	X
Total da despesa	(X)
Resultado antes dos tributos	X

A segunda forma de análise é o **método da função da despesa** ou do "**custo dos produtos e serviços vendidos"**, classificando-se as despesas de acordo com a sua função como **parte do custo dos produtos ou serviços vendidos ou, por exemplo, das despesas de distribuição ou das atividades administrativas**.

No mínimo, a entidade deve divulgar o custo dos produtos e serviços vendidos segundo esse método separadamente das outras despesas.

Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável julgamento.

Um exemplo de classificação que utiliza o método da função da despesa é a seguinte:

Receitas	X
Custo dos produtos e serviços vendidos	(X)
Lucro bruto	X
Outras receitas	X
Despesas de vendas	(X)
Despesas administrativas	(X)
Outras despesas	(X)
Resultado antes dos tributos	X

Como se percebe, **as empresas usam o método da função da despesa (também chamado de "método do custo do produto ou serviço vendido"), no Brasil, pois esse é o método que consta na Lei 6404/76**.

Gabarito → E

45) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** O quadro abaixo apresenta a estrutura para elaboração da Demonstração do Valor Adicionado:

1 - Receitas
2 - Insumos adquiridos de terceiros
3 - Valor adicionado bruto

4 - Retenções
5 -Valor adicionado líquido produzido pela entidade
6 - Valor adicionado recebido em transferência
7 - Valor adicionado total a distribuir
8 - Distribuição do valor adicionado

Considerando essa estrutura de itens e as orientações do CPC 09, os valores relativos a depreciações e amortizações devem ser

(A) apresentados como retenção de riqueza.
(B) apresentados como redutores do valor adicionado recebido em transferência.
(C) apresentados de forma adicional aos insumos adquiridos de terceiros.
(D) alocados de forma dedutiva após o item valor adicionado a distribuir.
(E) alocados apenas na DRE, pois não afetam a riqueza gerada pela entidade.

Comentários:

Na apresentação da demonstração do valor adicionado, os valores relativos à depreciação, amortização e exaustão deve ser tratados como **retenção da riqueza.**

1 - Receitas
2 - Insumos adquiridos de terceiros
3 - Valor adicionado bruto
4 - Retenções
5 -Valor adicionado líquido produzido pela entidade
6 - Valor adicionado recebido em transferência
7 - Valor adicionado total a distribuir
8 - Distribuição do valor adicionado

Gabarito → A

46) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Ao final do exercício de 2016, uma companhia apresentou na DRE um lucro líquido de R$ 578.950,00. Os dados apresentados, a seguir, referem-se a itens de receita e despesa não reconhecidos na demonstração do resultado.

Perdas derivadas de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior R$ 5.500,00
Ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda R$ 52.000,00
Tributos sobre ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda R$ 17.680,00
Ganho com hedge de fluxo de caixa R$ 67.500,00
Tributos sobre ganhos do hedge de fluxo de caixa R$ 22.950,00

Considerando as informações apresentadas, qual o valor do resultado abrangente da companhia a ser reportado ao final do exercício de 2016?

(A) R$ 73.370,00
(B) R$ 538.320,00
(C) R$ 578.950,00
(D) R$ 652.320,00

(E) R$ 692.950,00

Comentários:

O resultado abrangente total é composto pelo lucro líquido + outros resultados abrangentes.

Os valores entram na DRA da seguinte forma:

Lucro líquido	578.950,00
Perdas com operações exterior	(5.500,00)
Ganhos com ativos financeiros	52.000,00
Tributos	(17.680,00)
Ganho com hedge	67.500,00
Tributos	(22.950,00)
Total do resultado abrangente	652.320,00

Gabarito → D

CABE RECURSO!

47) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2017 uma companhia registrou a ocorrência dos seguintes eventos:

Considerando que a diretoria autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 25/02/2017, quais eventos originam ajustes nas demonstrações contábeis de 2016?

	Evento	Data
I	Destruição por incêndio de parte de um complexo de armazéns da companhia situados na região sudeste.	25/01/2017
II	Avaliação acerca da desvalorização em 10% do valor dos estoques ao final de 2016.	27/01/2017
III	Divulgação de sentença em processo judicial que estava em tramitação contra a entidade.	02/02/2017
IV	Anúncio de plano para descontinuar a operação de um dos produtos da companhia.	10/02/2017
V	Comunicação de falência de cliente importante, com crédito em aberto junto à companhia ao final de 2016.	28/02/2017

(A) I e II
(B) I e III
(C) II e III
(D) II e IV
(E) IV e V

Comentários:

O evento subsequente é aquele que acontece entre a data do encerramento das demonstrações contábeis e a autorização para emissão, pela diretoria.

Nós sabemos, por exemplo, que se um exercício social se encerrou em 31.12.2017, as demonstrações contábeis não estarão prontas em 01.01.2018. Há necessidade de um prazo para elaboração.

Se o evento ocorrer neste lapso, ele é chamado de evento subsequente. E mais. Se se referir a um evento que já existia no exercício encerrado, mas que só veio à tona depois, devemos fazer um ajuste.

Se for algo relevante que aconteceu entre a data do encerramento e a autorização, divulga em nota explicativa. Por exemplo, exercício social encerrou em 31.12.2017, em 05.01.2018 uma filial estratégica e muito importante para a empresa pega fogo. Divulga em nota explicativa, mesmo que o fato contábil se refira a 2018. A contabilização, nesta hipótese, é em 2018.

I Destruição por incêndio de parte de um complexo de armazéns da companhia situados na região sudeste. 25/01/2017

Não ajusta as demonstrações de 2016, pois aconteceu após o encerramento.

II Avaliação acerca da desvalorização em 10% do valor dos estoques ao final de 2016. 27/01/2017

Devemos fazer um ajuste, pois é algo relativo ao exercício anterior, antes da data da autorização.

III Divulgação de sentença em processo judicial que estava em tramitação contra a entidade. 02/02/2017

A banca entendeu que ajusta! Embora a questão não tenha citado a data do processo. Se for de 2017, nenhum ajuste há que se feito. Se for de 2016 ou anterior, é possível que se faça algum ajuste. Mas a informação da data é essencial para a resolução da questão.

Vejamos o que diz o CPC 24:

> 9. A seguir são apresentados exemplos de eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos:
>
> (a) decisão ou pagamento em processo judicial após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente ao final daquele período contábil. A entidade deve ajustar qualquer provisão relacionada ao processo anteriormente reconhecida de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou registrar nova provisão. A entidade não divulga meramente um passivo contingente porque a decisão proporciona provas adicionais que seriam consideradas de acordo com o item 16 do CPC 25

IV Anúncio de plano para descontinuar a operação de um dos produtos da companhia. 10/02/2017

Como é referente ao exercício de 2017, nenhuma alteração há que ser feita.

V Comunicação de falência de cliente importante, com crédito em aberto junto à companhia ao final de 2016. 28/02/2017

Este fato ocorreu após a autorização das demonstrações contábeis.

Gabarito → C.

49) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** As boas práticas de reporte financeiro recomendam que cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente. Com base nessas recomendações, o CPC 26 (R1) enumerou as informações que devem ser divulgadas de forma destacada e repetidas, quando necessário, para a devida compreensão da informação apresentada.

Nesse contexto, qual informação NÃO consta dos requerimentos do CPC 26 para apresentação das demonstrações contábeis?

(A) a moeda de apresentação
(B) a data de encerramento do período de reporte ou o período coberto
(C) o local da sede da administração da entidade
(D) o nível de arredondamento dos valores apresentados
(E) o nome da(s) entidade(s) à(s) qual(is) as demonstrações contábeis dizem respeito

Comentários:

Segundo o CPC 26:

> 51. Cada demonstração contábil e respectivas notas explicativas devem ser identificadas claramente. Além disso, as seguintes informações devem ser divulgadas de forma destacada e repetidas quando necessário para a devida compreensão da informação apresentada:
>
> (a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis dizem respeito ou outro meio que permita sua identificação, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do período anterior;
> (b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;
> (c) a data de encerramento do período de reporte ou o período coberto pelo conjunto de demonstrações contábeis ou notas explicativas;
> (d) a moeda de apresentação, tal como definido no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; e
> (e) o nível de arredondamento usado na apresentação dos valores nas demonstrações contábeis.

Gabarito → C.

50) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Ao final de um exercício, uma companhia apresentou os seguintes dados resumidos da Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto:

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R$ 385.570,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	-R$ 106.350,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	-R$ 299.700,00

Se a companhia iniciou o exercício com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R$ 353.100,00, é correto afirmar que

(A) a variação no caixa foi de R$ 32.470,00.
(B) o caixa líquido ao final do exercício foi de R$ 332.620,00.
(C) o caixa total consumido nas atividades foi de R$ 406.050,00.

(D) houve incremento nas disponibilidades financeiras ao final do exercício.
(E) as atividades de investimento e de financiamento não afetaram as disponibilidades financeiras.

Comentários:

Fluxo de caixa inicial	353.100,00
Fluxo de caixa do período	
Operacional	385.570,00
Investimento	-106.350,00
Financiamento	-299.700,00
Total	- 20.480,00

Vamos analisar as alternativas.

(A) a variação no caixa foi de R$ 32.470,00.

O item está incorreto. A variação do caixa foi de R$ 20.480,00 negativos.

(B) o caixa líquido ao final do exercício foi de R$ 332.620,00.

Este é o nosso gabarito. Ao final do exercício temos os R$ 353.100,00 iniciais – R$ 20.480,00 que foram consumidos no exercício, totalizando R$ 332.620,00.

(C) o caixa total consumido nas atividades foi de R$ 406.050,00.

O item está incorreto. Já vimos que foi de R$ 20.480,00.

(D) houve incremento nas disponibilidades financeiras ao final do exercício.

Incorreto. Houve consumo de caixa.

(E) as atividades de investimento e de financiamento não afetaram as disponibilidades financeiras.

Incorreto. Uma vez que consumiram caixa, afetaram sim as disponibilidades.

Gabarito → B

52) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma indústria adquiriu três máquinas para compor a linha de produção de um dos seus produtos, pelo valor total de R$ 27 milhões. A vida útil estimada das máquinas adquiridas é de doze anos, com valor residual de 5% do valor de aquisição. Ao final do sétimo ano de uso, a indústria apurou indícios internos de desvalorização decorrentes de baixo desempenho e optou por realizar o teste de recuperabilidade das máquinas componentes daquela linha de produção. A companhia estimou um fluxo de caixa descontado para os próximos cinco anos associado à operação das máquinas de R$ 10 milhões, enquanto o valor justo das máquinas em suas condições atuais é de R$ 8 milhões, com 5% de custos associados.

Considerando, exclusivamente, essas informações, o valor recuperável e a perda a ser reconhecida para o conjunto das máquinas, representam, respectivamente, em reais

(A) 7.600.000,00 e 3.087.500,00
(B) 7.600.000,00 e 4.437.500,00
(C) 8.000.000,00 e 4.037.500,00
(D) 10.000.000,00 e 687.500,00
(E) 10.000.000,00 e 2.037.500,00

Comentários:

Valor de aquisição	27.000.000,00
Valor residual	(1.350.000,00)
Valor depreciável	25.650.000,00
Vida útil	12 anos

Para encontrarmos o valor da depreciação acumulada, temos de fazer:

25.650.000,00 x 7/12 = R$ 14.962.500,00

Valor aquisição	27.000.000,00
(-) Depreciação acumulada	(14.962.500,00)
Valor	12.037.500,00

Valor recuperável

Valor em uso	10.000.000,00
Valor justo	7.600.000,00

O valor recuperável é R$ 10.000.000,00 e a perda reconhecida de R$ 2.037.500,00

Gabarito → E

53) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma companhia organiza a administração das suas operações em seis grupos, para os quais há gestores que acompanham seu desempenho. As informações sobre os grupos de operações para o último exercício estão apresentadas a seguir, com valores expressos em milhões de reais:

	Ativos	Receitas de vendas	Resultado Líquido
Operação 1	456.600,00	116.000,00	4.550,00
Operação 2	171.350,00	217.100,00	20.360,00
Operação 3	63.500,00	32.800,00	2.980,00
Operação 4	1.700,00	840,00	–1.050,00
Operação 5	20.300,00	97.100,00	220,00
Operação 6	110.000,00	–	–3.480,00
Total	823.450,00	463.840,00	23.580,00

Considerando as informações apresentadas e as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por Segmento, qual(is) operação(ões) não atinge(m) nenhum dos parâmetros mínimos para ser um segmento divulgável?

(A) Apenas 3
(B) Apenas 4
(C) Apenas 5
(D) 3 e 4
(E) 4 e 6

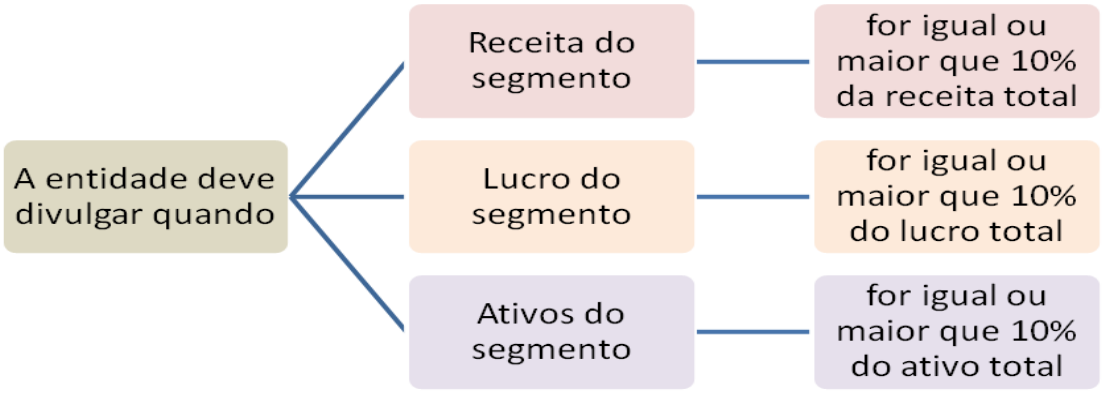
Comentários:

A entidade deve divulgar separadamente as informações sobre o segmento operacional que atenda a qualquer um dos seguintes parâmetros:

(a) sua receita reconhecida, incluindo tanto as vendas para clientes externos quanto as vendas ou transferências intersegmentos, é igual ou superior a 10% da receita combinada, interna e externa, de todos os segmentos operacionais;

(b) o montante em termos absolutos do lucro ou prejuízo apurado é igual ou superior a 10% do maior, em termos absolutos, dos seguintes montantes: lucro apurado combinado de todos os segmentos operacionais que não apresentaram prejuízos; e prejuízo apurado combinado de todos os segmentos operacionais que apresentaram prejuízos;

(c) seus ativos são iguais ou superiores a 10% dos ativos combinados de todos os segmentos operacionais.



A única operação que não alcança 10% das receitas de vendas, do resultado líquido ou dos ativos é a operação 4.

Gabarito → B

54) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma companhia tem seu patrimônio dividido em 42.000 ações ordinárias, as quais estão em circulação ao valor nominal de R$10,00, emitidas em 1o/01/2016.

As seguintes operações com ações foram registradas durante o exercício de 2016:

Data	Operação
30/04/2016	Emissão de 10.800 novas ações ordinárias, em dinheiro
30/06/2016	Recompra de 1.300 ações, mantidas em tesouraria
01/08/2016	Emissão de 3.000 novas ações ordinárias, em dinheiro
30/09/2016	Recompra de 1.600 ações, mantidas em tesouraria
30/11/2016	Venda de 1.200 ações que estavam em tesouraria

Ao final do exercício de 2016, a companhia apurou lucro líquido de R$ 200.000,00. Considerando o resultado apurado e as operações com ações, qual o valor do lucro básico por ação, em reais, a ser divulgado pela companhia?

(A) 4,04
(B) 3,88
(C) 3,70
(D) 3,58
(E) 3,34

Comentários:

Pessoal, questão dificílima!!! Para resolvermos temos que recorrer ao - CPC 41 - Resultado por Ação. A companhia deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuível a esses titulares de ações ordinárias.

O resultado básico por ação deve ser calculado **dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o período.**

O item 19 desse CPC afirma que para a finalidade de calcular o resultado básico por ação, o número de ações ordinárias deve corresponder **ao número médio ponderado de ações ordinárias totais** em circulação **(exceto as em tesouraria)** durante o período.

O uso do número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas durante o período reflete a possibilidade de a quantia de capital dos acionistas poder ter variado durante o período como resultado do maior ou menor número de ações totais com os acionistas em qualquer momento.

O número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas (em circulação) durante o período é o número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período,

ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por fator ponderador de tempo.

O **fator ponderador de tempo é o número de dias que as ações totais**, exceto as em tesouraria, estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período; uma aproximação razoável da média ponderada é adequada em muitas circunstâncias.

Organizando as informações apresentadas na questão, vamos encontrar o seguinte:

Data	Ações emitidas	Ações em Tesouraria	Ações em poder dos acionistas
01/01/2016	42000	0	42000
30/04/2016	10800	0	52800
30/06/2016		1300	51500
01/08/2016	3000		54500
30/09/2016		1600	52900
30/11/2016		400 (1600 – 1200)	52500

Agora temos que nos fazer a seguinte pergunta: por quanto tempo a empresa teve em seu poder a quantidade de ações apresentadas? No primeiro caso apresentado, 42.000 ações foram emitidas em 01/01/2016 e a empresa ficou com essa quantidade até 30/04/16, quando novas foram emitidas, isto **é, 4 meses. Temos que fazer essa análise para item.**

Data	Ações emitidas	Ações em Tesouraria	Ações em poder dos acionistas (i)	Fração do ano (ii)	Cálculo Ponderado (i x ii)
01/01/2016	42000	0	42000	4/12	14000,00
30/04/2016	10800	0	52800	2/12	8800,00
30/06/2016		1300	51500	1/12	4291,67
01/08/2016	3000		54500	2/12	9083,33
30/09/2016		1600	52900	2/12	8816,67
30/11/2016		400	52500	1/12	4375,00
				Total (A)	49366,67
				Lucro Líquido (B)	R$ 200.000,00
				Lucro por ação (B/A)	4,051316678

Gabarito→A

55) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma companhia aérea detém uma frota de cinco aeronaves para locação de voos executivos. Cada aeronave foi adquirida por R$ 7 milhões. Por exigência da agência reguladora de aviação, a companhia deve fazer a revisão de suas aeronaves a cada cinco anos de uso. A estimativa da entidade é que a revisão de cada aeronave custe 5% do valor de aquisição. Ao final do exercício de 2016, a frota tinha dois anos e meio de uso.

Considerando essa situação, ao final do exercício de 2016, a companhia aérea

(A) deve avaliar a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente.
(B) deve reconhecer uma provisão no valor de R$ 875.000,00.
(C) deve reconhecer uma provisão no valor de R$ 1.750.000,00.
(D) não deve reconhecer a provisão por causa da dificuldade de estimativas confiáveis.
(E) não deve reconhecer nem divulgar o fato, por se tratar de possibilidade futura.

Recurso

Comentário:

O gabarito preliminar foi a letra A.

Aparentemente, a douta banca se baseou no seguinte dispositivo do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

"13. Este Pronunciamento Técnico distingue entre:
(a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(b) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:
(i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou
(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação). " (Citação do pronunciamento CPC 25).

Ocorre que, nas duas hipóteses acima (Provisões ou Passivo Contingente), há uma obrigação presente. Nesse caso (quando há obrigação presente), a empresa avalia a probabilidade da saída de recursos para reconhecer um passivo contingente (se for possível) ou uma provisão (se for provável).

Na situação descrita na questão, não há obrigação presente.

Vejamos mais um pouco do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

"Exemplo 11A – Custo de reforma – não há requisito legal
Um forno possui um revestimento que precisa ser substituído a cada cinco anos por razões técnicas. Na data do balanço, o revestimento foi utilizado por três anos.
Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.
Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). O custo de substituição do revestimento não é reconhecido porque, na data do balanço, não há obrigação de substituir o revestimento existente independentemente das ações futuras da companhia – mesmo que a intenção de incorrer no desembolso dependa da decisão da companhia de continuar operando o forno ou de substituir o revestimento. Ao invés de uma provisão ser reconhecida, a depreciação do revestimento leva em consideração o seu consumo, ou seja, é depreciado em cinco anos. Os custos

do novo revestimento, quando incorridos, são capitalizados e o consumo de cada novo revestimento é capturado pela depreciação ao longo dos cinco anos subsequentes. ”

Mais um exemplo do CPC 25:

“Exemplo 11B – Custo de reforma – há requisito legal
Uma companhia aérea é requerida por lei a vistoriar as suas aeronaves a cada três anos.
Obrigação presente como resultado de evento passado que gera obrigação – Não há obrigação presente.
Conclusão – Nenhuma provisão é reconhecida (ver itens 14 e 17 a 19). Os custos de vistoria da aeronave não são reconhecidos como provisão pelas mesmas razões de não reconhecimento de provisão para os custos de substituição do revestimento do exemplo 11A. Mesmo o requisito legal para realizar a vistoria não torna os custos de vistoria um passivo, porque nenhuma obrigação existe para vistoriar a aeronave, independentemente das ações futuras da entidade – a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave.

Ao invés da provisão ser reconhecida, a depreciação da aeronave leva em consideração a incidência futura de custos de manutenção, ou seja, um valor equivalente aos custos de manutenção esperados é depreciado em três anos.”

Prezado examinador, o segundo exemplo (da aeronave) é muito semelhante à questão 55. Se a revisão deve ser feita a cada cinco anos e as aeronaves tem dois anos e meio, não existe obrigação presente, mesmo que a entidade pretenda manter as aeronaves e efetuar a revisão no tempo adequado.

Lembramos que, conforme consta no CPC, a entidade poderia evitar os desembolsos futuros pelas suas ações futuras, por exemplo, mediante a venda da aeronave. Dessa forma, o desembolso futuro é uma possibilidade, e não uma obrigação presente.

Assim, solicitamos a ALTERAÇÂO do gabarito, para reconhecer como correta a letra E.

Gabarito→A

56) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Ao final do exercício de 2015, uma companhia apresentou os seguintes saldos em relação à composição do seu patrimônio líquido na DMPL:

Capital Social	R$ 220.000,00
Reserva de capital	R$ 70.000,00
Reserva legal	R$ 25.000,00
Reserva para Investimentos	R$ 3.000,00
Reserva de retenção de lucros	R$ 219.500,00
Proposta de distribuição de dividendos adicional	R$ 35.500,00
Lucros acumulados -	
Outros resultados abrangentes	R$ 17.000,00

Em relação ao exercício de 2016, foram obtidas as seguintes informações:

Aumento do capital com emissão de novas ações	R$ 1.150,00

Aumento de capital com reservas	R$ 40.000,00
Lucro Líquido apurado	R$ 119.600,00

Destinação:

Reserva legal	R$ 5.980,00
Juros sobre capital próprio	R$ 33.500,00
Dividendos propostos	R$ 28.200,00
Retenção de lucros	R$ 51.920,00

Considerando que o saldo de dividendos propostos no início do exercício de 2015 foi pago, o patrimônio líquido da entidade ao final de 2016 representa

(A) R$ 750.750,00
(B) R$ 715.250,00
(C) R$ 681.750,00
(D) R$ 641.750,00
(E) R$ 261.150,00

Comentários:

CABE RECURSO!

A dificuldade dessa questão é saber o que afeta o valor total do Patrimônio Líquido e as alterações que são meramente qualitativas. Vale lembrar que aumento de capital social com reservas, constituição de Reservas de Lucros não aumentam o total do PL. Por sua vez, a destinação de dividendos e juros sobre capital próprio diminuem o total desse grupo:

Capital Social	R$ 220.000,00
Reserva de capital	R$ 70.000,00
Reserva legal	R$ 25.000,00
Reserva para Investimentos	R$ 3.000,00
Reserva de retenção de lucros	R$ 219.500,00
Proposta de distribuição de dividendos adicional	R$ 35.500,00
Lucros acumulados -	0
Outros resultados abrangentes	R$ 17.000,00
Saldo Inicial	R$ 590.000,00
(+) Aumento do capital com emissão de novas ações	R$ 1.150,00
(+) Lucro Líquido	R$ 119.600,00
(-) Juros sobre capital próprio	-R$ 33.500,00
(-) Dividendos propostos	-R$ 28.200,00
(-) Pagamento de dividendos adicionais	-R$ 35.500,00
Saldo Final do Patrimônio Líquido	R$ 613.550,00

A banca menciona que “o saldo de dividendos propostos no início do exercício de 2015 foi pago”. Mas que dividendos são esses? Seriam, por acaso, os dividendos propostos que aparecem no PL no final de 2015?

Se consideramos que sim, chegaremos ao valor calculado acima, de $613.550,00, o qual não aparece nas alternativas.

Para chegarmos ao gabarito da banca, temos que considerar que os dividendos propostos de R$ 28.200,00 são dividendos adicionais, e, portanto, ficam classificados no PL:

Capital Social	R$ 220.000,00
Reserva de capital	R$ 70.000,00
Reserva legal	R$ 25.000,00
Reserva para Investimentos	R$ 3.000,00
Reserva de retenção de lucros	R$ 219.500,00
Proposta de distribuição de dividendos adicional	R$ 35.500,00
Lucros acumulados -	
Outros resultados abrangentes	R$ 17.000,00
Saldo Inicial	R$ 590.000,00
(+) Aumento do capital com emissão de novas ações	R$ 1.150,00
(+) Lucro Líquido	R$ 119.600,00
(-) Juros sobre capital próprio	-R$ 33.500,00
(-) Dividendos propostos	
(-) Pagamento de dividendos adicionais	-R$ 35.500,00
Saldo Final do Patrimônio Líquido	R$ 641.750,00

Ocorre que a questão não menciona nada sobre tratar-se de dividendos propostos. Devemos considerar, neste caso, a opção mais comum, ou seja, que são dividendos normais, obrigatórios, e nesse caso ficam classificados no passivo.

Assim, solicitamos a ANULAÇÂO da questão por não indicar alternativa correta.

Gabarito→D

57) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma companhia mantém um plano de benefícios a seus empregados. Nesse plano, a companhia paga contribuições periódicas fixas a um fundo. Além desses pagamentos, a companhia não tem nenhuma obrigação legal de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

Esse plano do qual a companhia é patrocinadora e sua contabilização são, respectivamente, de

(A) contribuição definida e contabilização direta
(B) contribuição definida e contabilização a partir de premissas atuariais
(C) benefício pós-emprego e contabilização a partir de premissas atuariais
(D) benefício definido e contabilização direta
(E) benefício definido e contabilização complexa

Comentários:

CPC 33 – Benefícios a empregados! Tema pouco explorado e grande complexidade. Para resolvermos essa questão, precisamos conhecer a seguinte definição:

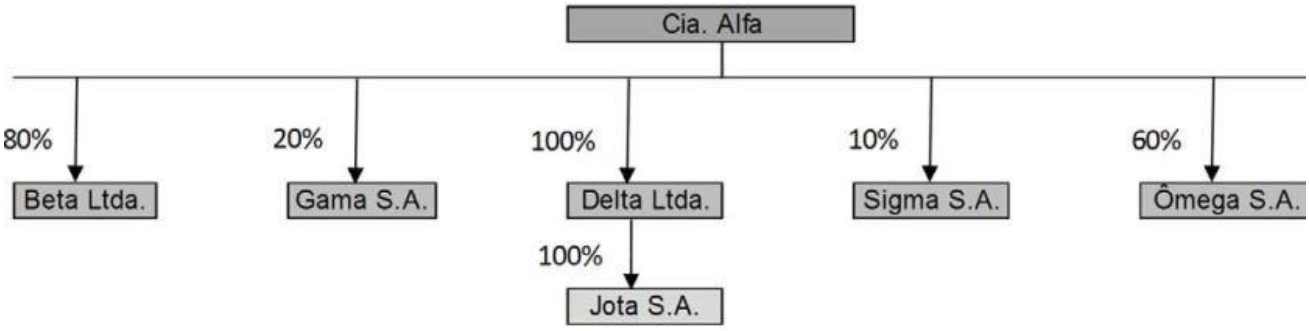
Planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais a entidade patrocinadora paga **contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais** se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

Ademais, a contabilização dos planos de contribuição definida é **direta** porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos **montantes a serem contribuídos no período.** Consequentemente, **não são necessárias premissas atuariais** para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não são completamente liquidados em até doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

Gabarito→A

58) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Considere a ilustração a seguir que apresenta as empresas relacionadas com a Cia. Alfa.



Os percentuais representam a participação da Cia. Alfa no patrimônio líquido de cada uma das entidades. Além disso, registra-se que a Cia. Alfa adquiriu a participação na Ômega com o objetivo de manter o investimento para venda.

Considerando essas informações e as disposições do CPC 36 para apresentação das demonstrações contábeis, as entidades que devem ser consolidadas pela Cia. Alfa são, apenas

(A) Delta e Jota
(B) Beta, Jota e Ômega
(C) Beta, Delta e Jota
(D) Beta, Delta e Ômega
(E) Gama, Jota, Sigma e Ômega

Comentários:
A entidade que seja **controladora** deve apresentar demonstrações consolidadas.

2. Os termos a seguir são utilizados no presente Pronunciamento com os seguintes significados: **Controle** é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades.

A Lei 6404/76 (Lei das SA) apresenta as seguintes definições:

Art. 243 § 2º: Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de **direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores**.

Se determinada empresa possui mais de 50% de participação do Patrimônio Líquido de outra, ela pode ser considerada controladora. Portanto, a Cia Alfa, teoricamente, controla as seguintes empresas:

- ✓ Beta Ltda
- ✓ Delta Ltda
- ✓ Jota S.A (controle indireto)
- ✓ Ômega S.A

Porém, com a participação em **Ômega** tem objetivo de revenda, a **Cia Alfa não deve consolidá-las.**

Gabarito→C

59) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Uma companhia detém alguns ativos intangíveis conforme descrito a seguir:

Item
I Copyright adquirido que tem vida legal remanescente de 30 anos
II Licença de uso de software adquirida há cinco anos, utilizada em equipamentos que estão sendo substituídos por novas tecnologias
III Lista de clientes adquirida da qual espera obter benefícios da informação contida na lista por, pelo menos, três anos
IV Marca comercial adquirida de um produto que tem sido líder de mercado nos últimos dez anos
V Patente desenvolvida e registrada, com direitos extensivos a 15 anos

Considerando, apenas, a descrição dos itens apresentada, qual ativo intangível pode ser considerado de vida útil indefinida?
(A) I
(B) II
(C) III
(D) IV
(E) V

Comentários:

Questão retirada de um dos exemplos do CPC 04 – Ativo Intangível:

> Exemplo 7 - marca comercial adquirida usada para identificar e distinguir um produto de consumo que tem sido líder de mercado nos últimos oito anos
>
> A marca comercial tem vida legal restante de cinco anos, mas é renovável a cada 10 anos a baixo custo. A entidade adquirente pretende renovar a marca comercial continuamente e a evidência suporta a sua capacidade para fazê-lo.
>
> Uma análise de (1) estudos sobre o ciclo de vida do produto, (2) tendências de mercado, competitivas e ambientais, e (3) oportunidades de extensão da marca proporcionam evidência de que o produto com marca comercial irá gerar fluxos de caixa líquidos para a entidade adquirente durante um período indefinido. **A marca comercial seria tratada com tendo vida útil indefinida** porque se espera que contribua para fluxos de caixa líquidos para a entidade indefinidamente. **Portanto, a marca comercial não seria amortizada enquanto a sua vida útil não fosse determinada como definida.** Seria testada quanto à necessidade de reconhecimento de perda por desvalorização de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Gabarito→D

60) **(Cesgranrio/Transpetro/Contador/2018)** Em 01/01/2011, uma companhia adquiriu uma máquina para a linha de produção por R$ 720.000,00. A política de uso da máquina definida pela companhia é compatível com as estimativas do fabricante, com uma vida útil esperada de 12 anos.

O valor residual estimado é 5% do valor de aquisição. A máquina é depreciada pelo método linear.

Em 31/12/2017, após 7 anos de uso, a companhia decidiu revisar a vida útil da máquina e o seu valor residual. Técnicos especializados no assunto foram contratados. De acordo com eles, a vida útil remanescente da máquina em 31/12/2017 era de 8 anos, e o valor residual foi estimado em R$ 25.000,00.

Com essas novas estimativas, o novo valor da depreciação anual é

(A) R$ 34.375,00, aplicado retrospectivamente
(B) R$ 37.000,00, aplicado prospectivamente
(C) R$ 37.000,00, aplicado retrospectivamente
(D) R$ 37.500,00, aplicado prospectivamente
(E) R$ 40.125,00, aplicado prospectivamente

Comentários:

Pessoal, questão de CPC 23 - **POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.**

A revisão da vida útil é tratada como mudança de estimativa contábil. A **mudança na estimativa contábil é um ajuste nos saldos contábeis** de ativo ou de passivo, ou nos montantes relativos ao

consumo periódico de ativo, **que decorre da avaliação da situação atual e das obrigações e dos benefícios futuros esperados associados aos ativos e passivos.**

Ou seja, a empresa faz uma estimativa baseada na última informação disponível. Passado algum tempo, novas informações estão disponíveis, mais atualizadas, que podem evidenciar a necessidade de alterar a estimativa anterior. Nesse sentido, **uma revisão de estimativa não é retificação de erro**. **Não houve erro na estimativa anterior, que foi feita com a melhor informação então disponível, portanto, a aplicação será prospectiva.**

Para encontrarmos o valor da nova depreciação anual, primeiro temos que encontrar o valor contábil líquido do ativo em 31.12.2017, quando foi feita a nova estimativa:

Valor Histórico	720.000
(-) Valor residual	(36.000)
= Valor Depreciável	684.000
Vida Útil	12 anos
Depreciação Anual	57.000
Depreciação Acumulada em 7 anos	(399.000)
Valor Contábil Líquido 31.12.2017	720.000 – 399.000 = 321.000

Agora, podemos encontrar a nova depreciação:

Valor Histórico	321.000
(-) Valor residual	(25.000)
= Valor Depreciável	296.000
Vida Útil	8 anos
Depreciação Anual	296.000/8 = 37.000

O novo valor da depreciação anual é R$ 37.000,00, aplicado prospectivamente

Gabarito→B

Pessoal, espero que tenham gostado dos comentários e fiquem com Deus!

Equipe Contabilidade Facilitada.